

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: edson.hirata@hexitoengenharia.com.br

Para: pregaoeletronico@appa.pr.gov.br

Data: 11/12/2024 18:39

Assunto: Referente Pregão Eletrônico SAP nº 111 /2024 - CONTRARRAZÕES

image001.png (14.95 KB)

Portaria 104-2023 - Exoneração Coordenador III Orçamento.pdf (183.24 KB)

Portaria 156-2022.pdf (78.51 KB)

Anexos: 4º Alteração de Contrato - Hexito Serviços de Engenharia Ltda - IDENTIFICADO.pdf (5.55 MB)

4º Alteração de Contrato - Hexito Serviços de Engenharia Ltda (ORIGINAL).pdf (386.13 KB)

Contrarrrazões - Hexito Serviços de Engenharia LTDA - Assinado (01).pdf (833.36 KB)

Boa noite Sr. Pregoeiro.

Seguem a contrarrrazão e anexos.

Atenciosamente

Edson Kazuo Hirata

Eng. Mecânico

Eng. Segurança do Trabalho

(41) 99155-1243



**À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E
ANTONINA - APPA**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 111/2024

SAP nº 1000000111

HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA., sociedade limitada devidamente registrada no CNPJ/MF sob nº 33.497.544/0001-60, com sede na Rua Subtenente Onofre Moreira da Rocha n.º 389, Vila Garcia – CEP 83.218-120 - Paranaguá - Paraná, neste ato representada por seu sócio administrador EDSON KAZUO HIRATA, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 041.013.099-06, portador do RG sob nº 8.370.476-4 SESP/PR, respeitosamente, com fundamento no artigo 181, XIX, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado por **BOSCH METAL LIGA LTDA.** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 10.809.809/0001-12, com endereço na Rua B Estrada Passa 2, Parque Industrial, Lapa/PR, CEP 83750-000, nos termos a seguir aduzidos :

I - DO RECURSO:

Trata-se de recurso administrativo aviado por BOSCH METAL LIGA LTDA. em face da ata de julgamento de habilitação lavrada no dia 03.12.2024, por meio da qual a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, por seu Pregoeiro, declarou habilitada e com a melhor proposta a empresa HÊXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA., no Pregão Eletrônico nº 111/2024.

Nas suas razões recursais a recorrente alega que o julgamento de habilitação possui irregularidades, pugnando pela anulação da habilitação da empresa Hêxito Serviços de Engenharia LTDA., tendo em vista que não atendeu às exigências editalícias, tais como: **a)** não

apresentação de documento exigido para habilitação, conforme item 11.7 e 11.7.1 “d1” do Edital, ou seja, a apresentação de declaração de responsabilidade técnica e **b)** violação ao item 4.4.3 do Edital e do art. 38, parágrafo único, inciso III da Lei Federal 13.303/2016, ou seja, impedimento do licitante que mantenham sociedade ou participação com servidor (es) ou dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise e empresa, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

Entretanto, razão não assiste ao recorrente.

II - DA INTEMPESTIVIDADE

O artigo 181, inciso XIX, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, estabelece o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões recursais, senão veja-se:

Art. 181 As licitações processadas pelo rito procedimental similar ao da modalidade Pregão na sua forma presencial, observarão o seguinte procedimento:

(...)

XIX - declarado o vencedor, o Pregoeiro permitirá aos Licitantes, durante a sessão pública, manifestarem de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer, quando lhes será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, assim desejando, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

Nestes termos, observa-se que a ata de julgamento da habilitação ocorreu na data de **03.12.2024**, data em que a recorrente manifestou o seu interesse de recorrer, e o que comprova a lista de mensagem a seguir colacionada:



Data e hora do registro	Participante	Mensagem
06/11/2024 15:16:47:853	PREGOEIRO	À BRASILSAT HARALD SA, Comunicamos que o valor de orçamento será publicado em momento oportuno, tendo em vista que o processo ainda está em andamento.
03/12/2024 21:13:17:438	BOSCH METAL LIGA LTDA	Manifestamos o interesse de recurso ao não atendimento aos itens, 11.1, do envio de documentos e 11.7 do edital, o qual demais informações será apresentado em momento oportuno. Atte.
04/12/2024 07:52:27:643	BRASILSAT HARALD SA	Manifestamos intenção de recurso contra a habilitação da empresa declarada vencedora, pelo não atendimento do edital em relação a qualificação técnica conforme demonstraremos em peça recursal.
04/12/2024 13:53:18:572	PREGOEIRO	À Brasil Sat Harald S/A e Bosh Metal Liga Ltda, que manifestaram a intenção de recursos de acordo com o item 13 do edital seu prazo para encaminhar por email as suas razões e de 03 (três) dias úteis ou seja até o final do dia 09/12/2024.
04/12/2024 13:53:41:026	PREGOEIRO	Qualquer dúvida favor contatar Dxx 41 3420 13 73.

Pois bem. Tendo em vista que a data do julgamento da habilitação ocorreu no dia **03.12.2024** (terça-feira), o prazo iniciou-se no dia útil seguinte, ou seja, em **04.12.2024** (quarta-feira), data que deve ser incluída na contagem do prazo.

Assim, iniciando-se a contagem do prazo em **04.12.2024 (inclusive)**, o prazo fatal para apresentação das razões recursais findou-se em **06.12.2024**.

Ocorre que, apresentadas as razões de recurso somente na data de **09.12.2024**, o presente expediente recursal é absolutamente intempestivo, devendo ser rejeitado de plano.

III) DO MÉRITO:

A) Da apresentação dos documentos exigidos para habilitação técnica –

Do dever do pregoeiro

Alega a recorrente em suas razões recursais que a empresa vencedora do certame não apresentou documento exigido para habilitação, conforme item 11.7 e 11.7.1 “d1” do edital, ou seja, a apresentação de declaração de responsabilidade técnica.

Insta mencionar que a recorrida comprovou preencher todos os requisitos necessários para assumir o contrato a ser firmado com a Administração. Em atenção à legislação que rege o tema, em especial ao artigo 63, da Lei n. 14.133/2021 apresentou os documentos e informações necessárias para sua habilitação jurídica, fiscal, econômica-financeira e técnica.

No mesmo sentido, o artigo 50 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, estabelece os critérios exigidos que deverão ser cumpridos nas contratações:

“Art. 50 A habilitação será apreciada exclusivamente pelos seguintes critérios que deverão ser exigidos em todas as contratações:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal;

V - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.”

No caso posto à baila, atenta-se de forma especial aos requisitos para comprovação da **habilitação técnica**. Assim, salutar trazer à lume o disposto no artigos 52 e 54, do Regulamento que estabelecem as regras para apresentação dos documentos:

Seção IV – Da Qualificação Técnica

Art. 52 A documentação relativa à qualificação técnica, conforme o caso, consistirá em:

I - ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente;

II - à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - à prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

IV - prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber.

Art. 54 A exigência relativa à capacitação técnica profissional limitar-se-á à apresentação pelo licitante de Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo Atestado, por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme previsto no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela APPA.

Do mesmo modo, a Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece no seu artigo prevista no art. 67, os critérios necessários para investigar se o licitante/contratante detém a condição técnica suficiente para se responsabilizar e executar o objeto a ser contratado, são elas: (i) a capacidade técnica da pessoa jurídica proponente (**qualificação técnico-operacional**); e (ii) a capacidade técnica do profissional responsável técnico pela execução do serviço (**qualificação**

técnico-profissional), restringindo a Lei nº 14.133/2021 a exigência, apenas dos documentos a seguir elencados:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Assim, de acordo com a inteligência do arcabouço jurídico e regulamentar acima transcrito, o que objetiva o legislador e a administração pública é a apresentação de informações e documentos que comprovem que a licitante e o profissional responsável possui condições técnicas para execução dos serviços. Que, no caso da licitante vencedora, comprovou possuir expertise e capacidade para realização do serviço.

Assim, em que pese o recorrido não tenha apresentado formalmente a declaração constante no **item 11.7.1 “d1”**, do Edital , correspondente à “*Declaração de Responsabilidade Técnica deste profissional, conforme Modelo do Edital*”, tal fato não macula a decisão da administração em conceder o prazo do licitante para apresentação do referido documento, visto que não constitui ser a substância do ato, mas apenas mera formalidade.

Isso porque, nos termos da análise consubstanciado no Parecer SAP n. 1000000111, sobre a matéria posta à baila, a administração considerou que o nome do engenheiro civil Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso já constava nos documentos que carregavam os autos:

“Deverá ser indicado 01 (um) Engenheiro Mecânico e/ou Engenheiro Civil para atuar como Responsável Técnico pelos serviços, com experiência comprovada. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de capacidade técnica profissional:

d.1. Declaração de Responsabilidade Técnica deste profissional, conforme Modelo do Edital;

Análise: A Declaração não foi identificada. Porém, os demais documentos solicitados no item (d) foram identificados em nome do engenheiro civil Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso, conforme análise abaixo.

(...)

CONCLUSÃO

Através da análise efetuada sobre o conjunto da documentação apresentada pela empresa licitante, em consonância com os demais elementos instrutores do procedimento licitatório, conclui-se, sob a ótica da qualificação técnica, que a empresa Hêxito Serviços de Engenharia LTDA não atendeu integralmente a todos os requisitos técnicos do Edital e Termo de Referência, ficando pendente o item d.1. (Declaração de Responsabilidade Técnica) confirmando que o eng. Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso atuará como responsável técnico pelos serviços.”

Sendo assim, tendo em vista a pendência documental, cujas informações acerca da responsabilidade e capacidade técnica do **engenheiro Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso** já constavam nos documentos carregados no processo, o pregoeiro, ao exercer

a sua atribuição, diligenciou no sentido de sanar o erro ou falha, concedendo o prazo de 03 dias úteis para apresentação da declaração de responsabilidade técnica, senão veja-se:

Remetente: "APPA EQUIPE DE PREGÃO" <pregaoeletronico@appa.pr.gov.br>
Para: edson.hirata@hexitoengenharia.com.br
Data: 25/11/2024 16:22 (agora)
Assunto: Diligência PE SAP 111/2024
Anexos: 1000000111AnaliseHexito.pdf (426.4 KB)

Boa tarde,

Referente Pregão Eletrônico SAP nº 111/2024 Lote 01,

Realizada a avaliação técnica acerca da documentação enviada, conforme parecer em anexo, solicitamos em no máximo 03 (três) dias úteis ou seja até o final do dia 28/11/2024, em diligência, sua atenção e providências ao item não atendido no parecer técnico.

Qualquer dúvida favor contatar.

Délcio Chicora

Pregoeiro

Deste modo, tendo o licitante apresentado as informações necessárias para comprovação habilitação técnica, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 43, §3º, confere à Administração a prerrogativa de realizar diligências para a complementação da instrução do processo ou para sanar eventuais dúvidas no decorrer do certame, *in verbis*:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a

instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

No mesmo sentido o artigo 67, da Lei nº 14.133/2021 permite a apresentação de documentos pelo licitante:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Tal prerrogativa destina-se precipuamente ao atendimento do interesse público, visando a proposta mais vantajosa pela Administração, evitando, ainda, que o excesso de formalismo prevaleça em detrimento do princípio da economicidade. Dessa forma, de acordo com disposto na Lei n. 14.133, é possível a complementação e atualização de documentos nos termos dos dispositivos supracitados.

Convém, neste ponto suscitar que o Tribunal de Contas da União, promoveu a interpretação do art. 64 da Lei 14.133 por meio do paradigmático Acórdão 1.211/2021-Plenário, acerca do **conceito de documentos novos**.

Como resultado da discussão perante aquela E. Corte, originou-se o seguinte enunciado:

[...] a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro

Ou seja, para os fins da vedação contida no art. 64, caput, o Tribunal de Contas da União não considera documento novo aquele que, ainda que juntado posteriormente, comprova condição preexistente à abertura da sessão pública do certame. Sob essa perspectiva, será admissível a juntada posterior de documento desde que seu conteúdo se refira à condição preexistente. Oportuno a transcrição do voto do Relator do Acórdão 1.211/2021-Plenário, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

“admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado”.

Neste diapasão, as demais Cortes de Contas firmaram entendimento no sentido de que é permitida a apresentação de novos documentos após a fase de habilitação, desde que comprovam a condição pré-existente, no caso em tela, da capacidade técnica da licitante.

Neste sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná não discrepa, senão veja-se as ementas dos acórdãos:

ACÓRDÃO Nº 3579/24 - Tribunal Pleno Representação da Lei de Licitações. Lei n. 8.666/93. Apresentação de novos documentos após fase de habilitação. Vedação. Inocorrência. Possibilidade de apresentar novos documentos quando comprovam condição pré-existente à abertura do certame. Entendimento jurisprudencial TCU, TCE/PR e TJPR. Art. 64, I, da Nova Lei de Licitações, Lei n. 14.133/21. Julgamento pela improcedência

ACÓRDÃO Nº 1819/20 - Tribunal Pleno - Representação da Lei Federal nº 8.666/93. Município de Faxinal. Pregão presencial. Prestação de serviços de coleta manual e mecanizada dos resíduos domiciliares orgânicos e rejeitos, com o emprego de caminhões compactadores. Manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público junto a esta Corte pela improcedência. Diligência, efetuada pelo pregoeiro, para verificação das informações constantes em atestado de capacidade operacional. Legalidade. Art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93. Respeito aos princípios da vantajosidade, impessoalidade, competitividade e supremacia do interesse público. Jurisprudência. Improcedência

Essa interpretação reflete uma visão pragmática, que consagra um formalismo moderado com o intuito de evitar a inabilitação de licitante que dispõe, na realidade dos fatos, da documentação necessária para participar da licitação

Como não bastasse, observa-se, que o item **11.7.2.** do edital estabelece que a **“A não observação qualquer item desta seção, PODERÁ implicar na desclassificação da PROPONENTE.”** O termo **PODERÁ**, exsurge na redação do Regulamento, para, no caso concreto, levando-se em conta os elementos fáticos com os princípios da Administração Pública avaliar, se de fato a ocorrência de vício ou erro é apto em gerar a desclassificação do

licitante ou oportunizar prazo para apresentação de documentos ou informações suplementares.

Portanto, com amparo nas no artigo 43, da Lei nº 8.666/93 e artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, aliados aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, o Ilmo. Sr. Pregoeiro concedeu o prazo para o licitante apresentar a aludida declaração, estando em perfeita consonância com os preceitos legais do ordenamento jurídico pátrio, razões pelas quais, a pretensão da recorrente ser julgada improcedente.

B) DA AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ITEM 4.4.3, DO EDITAL E DO ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III DA LEI FEDERAL 13.303/2016.

Alega a recorrente a ocorrência de impedimento do licitante tendo em vista que o sócio Edson Kazuo Hirata constituiu e iniciou atividades na empresa recorrida na data de **30.04.2019**, na qualidade de sócio administrador.

Aduz que em consulta da página do LinkedIn de Edson Kazuo Hirata, consta a informação de que atuou até o segundo semestre de 2023 na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no cargo de Coordenador de Engenharia de Manutenção e Orçamentos.

Para tanto, invocou o teor do item 4.4.3, do Edital que estabelece vedação para participação do presente processo licitatório, que estabelece “*não poder participar, direta ou indiretamente, licitantes que mantenham sociedade ou participação com servidor (es) ou dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista conforme consta do art. 38, § único, incisos I, II, alíneas “a”, “b”, “c” e III da Lei nº 13.303/2016, e no Art. 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA*”

Igualmente invocou o disposto no artigo 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, bem como o artigo

12

38, da Lei Federal 13.303/2016 que impede a participação do certame “*proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a APPA há menos de 6 (seis) meses*”;

Aduz que “o Sócio da empresa vencedora do presente pregão, era o responsável direto pelas contratações do órgão licitante até julho de 2023, e legalmente, poderia participar de licitações após seis meses a contar de sua saída, entretanto, embora o Pregão Eletrônico 111/2024 tenha sido publicado em outubro de 2024, sua fase interna iniciou meses antes, havendo grave risco de colisão de datas.”

Todavia as alegações do recorrente são infundadas, não encontrando esteio na realidade, de modo que devem ser rechaçadas.

Pois bem. O Sr. Edson Kazuo Hirata ingressou no quadro funcional da APPA, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Coordenador III, Símbolo CC -07, da Coordenadoria de Orçamento a partir **de 01 de julho de 2022**, consubstanciado pela publicação da Portaria APPA 156, de **29 de julho de 2022**, sendo posteriormente **exonerado do cargo, na data de 05 de maio de 2023**, conforme comprova a Portaria n. 104-2023 anexa.

Logo, Sr. Edson Kazuo Hirata prestou serviços pelo curto período de 9 meses ao ente licitador.

No que tange a licitante Hêxito Serviços de Engenharia LTDA., convém mencionar que a empresa foi constituída em 30.04.2019. O sócio Edson Kazuo Hirata ingressou na sociedade, com o arquivamento da Primeira Alteração Contratual registrada em 14.07.2020.

Com a nomeação para provimento do cargo em comissão, em data antecedente, ou seja, em **30.06.2022 (protocolo perante a junta Comercial em 01.07.2022)**, o Sr. Edson Kazuo Hirata e Fernanda Siqueira Hirata assinaram a Quarta Alteração do Contrato Social da empresa Hêxito, com a finalidade do sócio Edson, transferir cotas sociais à Fernanda,

bem como transferir a administração da empresa a nova sócia. Cumprindo dessa forma, os preceitos que regem a nomeação dos cargos em provimento em comissão.

Em relação ao Pregão Eletrônico 111/2024, objeto do presente recurso, o instrumento foi **publicado em outubro de 2024**, portanto, **cerca de um ano e meio após a exoneração de Edson Kazuo Hirata do quadro servidores comissionados da APPA**.

Nestes termos insubsistente a alegação da recorrente de que o recorrido incide no impedimento disposto no item 4.4.3, do Edital que estabelece vedação para participação do presente processo licitatório, que estabelece *“não poder participar, direta ou indiretamente, licitantes que mantenham sociedade ou participação com servidor (es) ou dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista conforme consta do art. 38, § único, incisos I, II, alíneas “a”, “b”, “c” e III da Lei nº 13.303/2016, e no Art. 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA”*

Do mesmo modo, desarrazoado a invocação do artigo 38, da Lei Federal 13.303/2016 que impede a participação do certame *“proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a APPA há menos de 6 (seis) meses”*;

Isso porque, reitera-se, o sócio Edson Kazuo Hirata, foi exonerado do cargo em comissão que ocupou na APPA, na data de 05 de maio de 2023, portanto, há cerca de 1 ano e meio, desde o início do certame em questão.

Nobre Comissão, constitui argumento vil, falacioso e irresponsável, a afirmação da recorrente de que o Sr. Edson, por ser responsável pela elaboração dos projetos técnicos para contratações da APPA, entre o lapso entre sua saída da APPA e a publicação do Edital de Pregão Eletrônico 111/2024, *“há considerável risco de comprometimento da lisura do certame”*. De modo que parece pretender a recorrente, unicamente, ferir com palavras vazias não apenas a honra do recorrente, como também macular a honestidade da Administração do

Portos de Paranaguá e Antonina, devendo o presente expediente recursal ser rejeitado em todos os seus termos.

VI - DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer:

I – Com fulcro no artigo 181, inciso XIX, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a rejeição do presente recurso, por ser absolutamente intempestivo;

II – No mérito, seja o presente recurso julgado totalmente improcedente para proceder a adjudicação do objeto ao Licitante declarado vencedor.

Termos em que, pede deferimento.

Paranaguá -PR, 11 de dezembro de 2024.

Assinado de forma digital por
HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA
LTDA:33497544000160
'Dados: 2024.12.11 18:24:43 -03'00

HEXITO SERVICOS DE
ENGENHARIA
LTDA:33497544000160

HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 33.497.544/0001-60

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419**

1. **EDSON KAZUO HIRATA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/11/1982, empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, titular da Cédula de Identidade n ° 8.370.476-4 SESP/PR, do CPF nº 041.013.099-06.

Único e legítimo componente da Sociedade Empresária Limitada sob o nome de **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.497.544/0001-60, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a Av. Florianópolis nº594 Casa 46, bloco, Conjunto Residencial Firenze, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41209037419 em 30/04/2019, resolve por este instrumento alterar o seu Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CAPITULO I – DAS ALTERAÇÕES**CLÁUSULA PRIMEIRA – COMPOSIÇÃO SOCIAL**

O sócio supra qualificado **EDSON KAZUO HIRATA**, que participava com 700.000 (setecentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional, vende e transfere a sócia ingressante **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens , nascida em 18/10/1986, empresária, residente e domiciliado à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, Curitiba - Paraná titular da Cédula de Identidade n ° 9.842.577-2 SESP/PR, do CPF nº 057.739.889-09, 70.000, (setenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional, e pelas quais o sócio **EDSON KAZUO HIRATA**, já qualificado, dá plena, geral e rasa quitação assim como declaram ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade nada mais tendo dela a reclamar.

CLÁUSULA SEGUNDA – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social já totalmente integralizado em seu valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em moeda corrente do País, divididos em 700.000 (setecentas mil) quotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada quota, que passa a ser assim distribuído:

EDSON KAZUO HIRATA	90 %	630.000 (quotas)	R\$	630.000,00
FERNANDA SIQUEIRA HIRATA	10 %	70.000 (quotas)	R\$	70.000,00
TOTAL	100 %	700.000 (quotas)	R\$	700.000,00

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/10/2002 – Código Civil.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A sociedade será administrada pela sócia administradora **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA** já qualificada, aos quais compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhe, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmos em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

CLÁUSULA SEXTA – DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SETIMA – CONSOLIDAÇÃO

Em virtude das alterações existentes e de acordo com o que determina a Lei 10.406/02, os Sócios resolvem por este instrumento **CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL** que passa a vigorar com a seguinte redação:

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ – 33.497.544/0001-60
NIRE – 41209037419
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **EDSON KAZUO HIRATA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/11/1982, empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, titular da Cédula de Identidade n ° 8.370.476-4 SESP/PR, do CPF nº 041.013.099-06.
2. **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 18/10/1986, empresária, residente e domiciliado à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, Curitiba-Paraná, titular da Cédula de Identidade n ° 9.842.577-2 SESP/PR, do CPF nº 057.739.889-09

Únicos e legítimos componentes da Sociedade Empresária Limitada sob o nome de **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.497.544/0001-60, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a Av. Florianópolis nº594 Casa 46, bloco, Conjunto Residencial Firenze, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41209037419 em 30/04/2019, resolve por este instrumento consolidar o seu Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO PRIMEIRO
DA DENOMINAÇÃO, DO INÍCIO E DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E DO
OBJETO.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, será regida por este contrato social, pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é o da data do registro do instrumento constitutivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade terá a sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a Av. Florianópolis nº594 Casa 46, bloco, Conjunto Residencial Firenze, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, que é seu e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos Sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade tem como objeto social o Serviços de Engenharia, Serviços de Desenho Técnico relacionados à Arquitetura e Engenharia, Serviços de Perícia Técnica relacionados à Segurança do Trabalho , Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial, Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial, peças e acessórios, Manutenção e reparação de equipamentos e produtos, e Instalação de máquinas e equipamentos industriais.

CAPÍTULO SEGUNDO

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO DE QUOTAS E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.

CLÁUSULA QUINTA

O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma prevista neste ato na importância de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), dividido em 700.000 (setecentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, devidamente integralizados neste ato, em moeda corrente nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

EDSON KAZUO HIRATA	90 %	630.000 (quotas)	R\$	630.000,00
FERNANDA SIQUEIRA HIRATA	10 %	70.000 (quotas)	R\$	70.000,00

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419**

TOTAL	100 %	700.000 (quotas)	R\$	700.000,00
--------------	--------------	-------------------------	------------	-------------------

CLÁUSULA SEXTA

As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/10/2002 – Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA

Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

CLÁUSULA NONA

Os seguintes atos dependerão da previa aprovação, por escrito de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da sociedade, para serem considerados válidos e exequíveis: (I) alienação de bens imóveis; (II) hipotecas, penhores e demais gravames, de qualquer natureza; (III) caução de títulos ou direitos creditórios, executados os casos diretamente relacionados aos negócios da sociedade, estes até o limite de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais); (IV) doação de bens móveis e imóveis em geral; (V) nomeação e destituição de Gerentes – delegados; (VI) alteração de qualquer das cláusulas do Contrato Social da sociedade e (VII) constituição de novas sociedades, bem como a assinatura de contratos versando sobre tais negócios, pela Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que através dos demais, caso o quadro social esteja composto por mais de dois sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta (60) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse.

CAPÍTULO TERCEIRO
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**

CNPJ 33.497.544/0001-60

NIRE 41209037419

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade será administrada pela sócia administradora **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA**, já qualificada, a qual compete **privativa e individualmente o uso da firma** e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

Parágrafo Único – O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

**CAPÍTULO QUARTO
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E
PREJUÍZOS.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

a) O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser procedido o Balanço Geral de Sociedade obedecido às prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determina o Artigo 1065 da Lei 10.406 de 10/01/2003 – Código Civil.

b) A sociedade não tem Conselho Fiscal e não realiza Assembleia de Sócios. Compete aos sócios decidir sobre negócios da sociedade, as deliberações tomadas por maioria de votos, contadas segundo o valor das cotas de capital de cada um, conforme determina o artigo 1010 da Lei 10.406/2002.

c) Mensalmente será realizado um balanço geral com apuração do resultado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: (I) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (II) designar administradores, quando for o caso; (III) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CAPÍTULO QUINTO
DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DE SÓCIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios precisarem retirar-se da sociedade, por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará sua atividade normal com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registrado na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração.

Parágrafo Primeiro – Em caso de falecimento de um dos sócios, aos herdeiros fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, e poderão ser incluídos na sociedade.

Parágrafo Segundo – Para qualquer motivo que seja para a saída de sócio da sociedade, seja ele fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes.

Parágrafo Terceiro – A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

CAPÍTULO SEXTO
DISSOLUÇÃO, DESIMPEDIMENTO E DIVERGÊNCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Dissolve-se a sociedade quando ocorre qualquer um dos eventos: (I) o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; (II) o consenso unânime dos sócios; a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; (III) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias; (IV) a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei 10.406 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAPÍTULO SÉTIMO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Nos casos de penhora, arresto ou sequestro de cotas, por iniciativa de terceiros não cotistas em razão de dívida de sócio cotista, terá este o prazo de 3 (três) dias para substituir a penhora das cotas. Não o fazendo, entender-se-á que tais cotas teriam sido ofertadas à venda, pelo que os demais sócios poderão exercer sua preferência de aquisição depositando o equivalente ao valor do patrimônio líquido que elas representem conforme último balanço. Nesta hipótese, a transferência das cotas sociais para o nome do cotista adquirente dar-se-á independentemente da assinatura do transmitente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

As decisões administrativas, bem como modificações do contrato social que tenha por objetivo a matéria indicada no art. 997 da Lei nº 10.406/2002, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos. Qualquer modificação do contrato social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Declara o sócio da Sociedade Limitada sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CAPÍTULO OITAVO
DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

As partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, elaborado em via única, de igual teor e forma para o mesmo fim, para que valha na melhor forma do direito, sendo a única via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pelos sócios.

Curitiba, 30 de junho de 2022

EDSON KAZUO HIRATA
CPF nº 041.013.099-06

FERNANDA SIQUEIRA HIRATA
CPF nº 057.739.889-09



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04101309906	EDSON KAZUO HIRATA
05773988909	FERNANDA SIQUEIRA HIRATA



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2022 17:07 SOB Nº 20224377442.
PROTOCOLO: 224377442 DE 01/07/2022
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12208580260. CNPJ DA SEDE: 33497544000160.
NIRE: 41209037419. **COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/06/2022.**
HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419**

1. **EDSON KAZUO HIRATA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/11/1982, empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, titular da Cédula de Identidade n ° 8.370.476-4 SESP/PR, do CPF nº 041.013.099-06.

Único e legítimo componente da Sociedade Empresária Limitada sob o nome de **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.497.544/0001-60, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a Av. Florianópolis nº594 Casa 46, bloco, Conjunto Residencial Firenze, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41209037419 em 30/04/2019, resolve por este instrumento alterar o seu Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CAPITULO I – DAS ALTERAÇÕES**CLÁUSULA PRIMEIRA – COMPOSIÇÃO SOCIAL**

O sócio supra qualificado **EDSON KAZUO HIRATA**, que participava com 700.000 (setecentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional, vende e transfere a sócia ingressante **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens , nascida em 18/10/1986, empresária, residente e domiciliado à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, Curitiba - Paraná titular da Cédula de Identidade n ° 9.842.577-2 SESP/PR, do CPF nº 057.739.889-09, 70.000, (setenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional, e pelas quais o sócio **EDSON KAZUO HIRATA**, já qualificado, dá plena, geral e rasa quitação assim como declaram ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade nada mais tendo dela a reclamar.

CLÁUSULA SEGUNDA – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social já totalmente integralizado em seu valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em moeda corrente do País, divididos em 700.000 (setecentas mil) quotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada quota, que passa a ser assim distribuído:

EDSON KAZUO HIRATA	90 %	630.000 (quotas)	R\$	630.000,00
FERNANDA SIQUEIRA HIRATA	10 %	70.000 (quotas)	R\$	70.000,00
TOTAL	100 %	700.000 (quotas)	R\$	700.000,00

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/10/2002 – Código Civil.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A sociedade será administrada pela sócia administradora **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA** já qualificada, aos quais compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhe, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmos em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

CLÁUSULA SEXTA – DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SETIMA – CONSOLIDAÇÃO

Em virtude das alterações existentes e de acordo com o que determina a Lei 10.406/02, os Sócios resolvem por este instrumento **CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL** que passa a vigorar com a seguinte redação:

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ – 33.497.544/0001-60
NIRE – 41209037419

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **EDSON KAZUO HIRATA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/11/1982, empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, titular da Cédula de Identidade n ° 8.370.476-4 SESP/PR, do CPF nº 041.013.099-06.

2. **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens , nascida em 18/10/1986, empresária, residente e domiciliado à Av. Florianópolis nº594, Casa 46, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, Curitiba-Paraná, titular da Cédula de Identidade n ° 9.842.577-2 SESP/PR, do CPF nº 057.739.889-09

Únicos e legítimos componentes da Sociedade Empresária Limitada sob o nome de **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.497.544/0001-60, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a Av. Florianópolis nº594 Casa 46, bloco, Conjunto Residencial Firenze, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41209037419 em 30/04/2019, resolve por este instrumento consolidar o seu Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO PRIMEIRO
DA DENOMINAÇÃO, DO INÍCIO E DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E DO
OBJETO.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419****CLÁUSULA PRIMEIRA**

A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, será regida por este contrato social, pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é o da data do registro do instrumento constitutivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade terá a sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a Av. Florianópolis nº594 Casa 46, bloco, Conjunto Residencial Firenze, Bairro Cajuru, CEP 82.940-300, que é seu e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos Sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade tem como objeto social o Serviços de Engenharia, Serviços de Desenho Técnico relacionados à Arquitetura e Engenharia, Serviços de Perícia Técnica relacionados à Segurança do Trabalho , Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial, Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial, peças e acessórios, Manutenção e reparação de equipamentos e produtos, e Instalação de máquinas e equipamentos industriais.

CAPÍTULO SEGUNDO**DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO DE QUOTAS E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.****CLÁUSULA QUINTA**

O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma prevista neste ato na importância de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), dividido em 700.000 (setecentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, devidamente integralizados neste ato, em moeda corrente nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

EDSON KAZUO HIRATA	90 %	630.000 (quotas)	R\$	630.000,00
FERNANDA SIQUEIRA HIRATA	10 %	70.000 (quotas)	R\$	70.000,00

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419**

TOTAL	100 %	700.000 (quotas)	R\$	700.000,00
--------------	--------------	-------------------------	------------	-------------------

CLÁUSULA SEXTA

As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/10/2002 – Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA

Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

CLÁUSULA NONA

Os seguintes atos dependerão da previa aprovação, por escrito de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da sociedade, para serem considerados válidos e exequíveis: (I) alienação de bens imóveis; (II) hipotecas, penhores e demais gravames, de qualquer natureza; (III) caução de títulos ou direitos creditórios, executados os casos diretamente relacionados aos negócios da sociedade, estes até o limite de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais); (IV) doação de bens móveis e imóveis em geral; (V) nomeação e destituição de Gerentes – delegados; (VI) alteração de qualquer das cláusulas do Contrato Social da sociedade e (VII) constituição de novas sociedades, bem como a assinatura de contratos versando sobre tais negócios, pela Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que através dos demais, caso o quadro social esteja composto por mais de dois sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta (60) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse.

CAPÍTULO TERCEIRO
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade será administrada pela sócia administradora **FERNANDA SIQUEIRA HIRATA**, já qualificada, a qual compete **privativa e individualmente o uso da firma** e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

Parágrafo Único – O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

CAPÍTULO QUARTO**DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS.****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

a) O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser procedido o Balanço Geral de Sociedade obedecido às prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determina o Artigo 1065 da Lei 10.406 de 10/01/2003 – Código Civil.

b) A sociedade não tem Conselho Fiscal e não realiza Assembleia de Sócios. Compete aos sócios decidir sobre negócios da sociedade, as deliberações tomadas por maioria de votos, contadas segundo o valor das cotas de capital de cada um, conforme determina o artigo 1010 da Lei 10.406/2002.

c) Mensalmente será realizado um balanço geral com apuração do resultado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: (I) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (II) designar administradores, quando for o caso; (III) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CAPÍTULO QUINTO
DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DE SÓCIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios precisarem retirar-se da sociedade, por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará sua atividade normal com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registrado na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração.

Parágrafo Primeiro – Em caso de falecimento de um dos sócios, aos herdeiros fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, e poderão ser incluídos na sociedade.

Parágrafo Segundo – Para qualquer motivo que seja para a saída de sócio da sociedade, seja ele fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes.

Parágrafo Terceiro – A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

CAPÍTULO SEXTO
DISSOLUÇÃO, DESIMPEDIMENTO E DIVERGÊNCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Dissolve-se a sociedade quando ocorre qualquer um dos eventos: (I) o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; (II) o consenso unânime dos sócios; a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; (III) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias; (IV) a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA****CNPJ 33.497.544/0001-60****NIRE 41209037419**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei 10.406 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CAPÍTULO SÉTIMO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

Nos casos de penhora, arresto ou sequestro de cotas, por iniciativa de terceiros não cotistas em razão de dívida de sócio cotista, terá este o prazo de 3 (três) dias para substituir a penhora das cotas. Não o fazendo, entender-se-á que tais cotas teriam sido ofertadas à venda, pelo que os demais sócios poderão exercer sua preferência de aquisição depositando o equivalente ao valor do patrimônio líquido que elas representem conforme último balanço. Nesta hipótese, a transferência das cotas sociais para o nome do cotista adquirente dar-se-á independentemente da assinatura do transmitente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

As decisões administrativas, bem como modificações do contrato social que tenha por objetivo a matéria indicada no art. 997 da Lei nº 10.406/2002, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos. Qualquer modificação do contrato social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ 33.497.544/0001-60
NIRE 41209037419

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Declara o sócio da Sociedade Limitada sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CAPÍTULO OITAVO
DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

As partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, elaborado em via única, de igual teor e forma para o mesmo fim, para que valha na melhor forma do direito, sendo a única via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pelos sócios.

Curitiba, 30 de junho de 2022

EDSON KAZUO HIRATA
CPF nº 041.013.099-06

FERNANDA SIQUEIRA HIRATA
CPF nº 057.739.889-09



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04101309906	EDSON KAZUO HIRATA
05773988909	FERNANDA SIQUEIRA HIRATA



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2022 17:07 SOB Nº 20224377442.
PROTOCOLO: 224377442 DE 01/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12208580260. CNPJ DA SEDE: 33497544000160.
NIRE: 41209037419. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/06/2022.
HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

Portaria APPA 156 - 29 de Junho de 2022

Publicado no Diário Oficial nº. 11211 de 6 de Julho de 2022

Designar EDSON KAZUO HIRATA, para exercer o emprego de provimento em comissão de Coordenador III, Símbolo CC 07, da Coordenadoria de Orçamento, a partir de 01 de julho de 2022.

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, resolve:

DESIGNAR

EDSON KAZUO HIRATA, para exercer o emprego de provimento em comissão de Coordenador III, Símbolo CC 07, da Coordenadoria de Orçamento, na Gerência de Engenharia, na Diretoria de Engenharia e Manutenção, a partir de 01 de julho de 2022.

Gabinete da Presidência, em 29 de junho de 2022.

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 104-2023

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, **resolve:**

EXONERAR

EDSON KAZUO HIRATA, Matrícula C-9896, do emprego de provimento em comissão de Coordenador III, Símbolo CC 07, da Coordenadoria de Orçamento, da Gerência de Engenharia, da Diretoria de Engenharia e Manutenção, a partir de 05 de maio de 2023.

CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, em 05 de maio de 2023.

LUIZ FERNANDO
GARCIA DA SILVA: 32960264878
Assinado digitalmente por LUIZ
FERNANDO GARCIA DA SILVA:
32960264878
Localização: Paranaguá-PR
Data: 2023.05.05 11:10:57-03'00'
LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente